

HABEAS CORPUS Nº 527.158 - SC (2019/0240734-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DOUGLAS VOLTOLINI
ADVOGADO : DOUGLAS VOLTOLINI - SC026825
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : EDEMAR SMAKOWICZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de EDEMAR SMAKOWICZ, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O acórdão que denegou o *writ* de origem está assim ementado (fl. 26):

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. REPRESENTAÇÃO PELA AUTORIDADE POLICIAL. CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, FURTO QUALIFICADO, ESTELIONATO, RECEPÇÃO QUALIFICADA E ADULTERAÇÃO DE SINAIS IDENTIFICADORES DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ELEMENTOS DOS AUTOS DÃO CONTA DA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.

- A presença de elementos que denotam a gravidade concreta da conduta relacionada à organização criminosa supostamente integrada pelo paciente, que tinha como objeto a prática reiterada de diversos delitos patrimoniais relativos a veículos automotores, além das condutas necessárias para ocultar a origem ilícita dos bens, justifica a segregação cautelar como forma de garantia da ordem pública.

- Parecer da PGJ pela denegação da ordem.

- Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado pela prática do crime tipificado no art. 1º, § 1º c/c o 2º, *caput*, todos da Lei 12.850/2013 (fato 1) e art. 311, *caput*, do Código Penal.

No presente *writ*, o impetrante argumenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, pois teve decretada a prisão preventiva por decisão inidônea e não individualizada, mesmo diante da ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do CPP. Por isso, requer a concessão da ordem para a revogação da custódia cautelar.

Indeferida a liminar (fls. 154/157) e prestadas as informações (fls. 161/253), manifestou-se o *Parquet* pela denegação da ordem (fls. 257/261).

Superior Tribunal de Justiça

Na origem, a Ação Penal n. 0011943-90.2019.8.24.0038 encontra-se em fase instrutória, com encaminhamento dos autos para manifestação do Ministério Público em 24/9/2019, conforme informações processuais disponibilizadas no sítio do Tribunal de origem (acesso: 30/9/2019).

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 16/25):

Neste primeiro momento, reputo presentes indicativos suficientes de autoria das condutas atribuídas aos representados, afinal, após a comunicação dos cumprimentos dos mandados de busca e apreensão e a realização das demais diligências empreendidas, houve apuração, ao menos em princípio, de toda a extensão das ações criminosas praticadas pela organização criminosa, valendo então e desde logo o registro de que "para a decretação da prisão preventiva não é necessário que haja um juízo de certeza quanto à prática delitiva, mas apenas indícios plausíveis de autoria e prova da materialidade" (STJ, EDcl no RHC nº 75635/MS, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca).

[...]

A seu turno, **Edermar Smakowicz, conhecido como "Male", além de, em uma primeira análise, proceder à encomenda dos veículos e de receptar os mesmos, ainda parece trabalhar com a falsificação dos veículos e de seus documentos, conforme se retira das conversações transcritas à f. 839, e da indicação de adulteração de sinal identificador de uma motocicleta furtada, que teria adquirido pela módica quantia de um mil e duzentos reais. A investigação também o apontou como o principal receptador das motocicletas furtadas, veículos estes que em seguida, são adulterados por ele, que os revende a terceiros (f. 927, 934 do incidente apenso e 1496-1498).**

[...]

Em resumo, **a quadrilha, ou organização criminosa, claramente se apresenta como um grupo dotado de relevante sofisticação, mediante a distribuição de tarefas e observância à hierarquia, e exterioriza constância de atuação já desde vários meses, daí se concluindo, até mesmo, pela quantidade e variedade de crimes já solucionados na esfera policial, com prejuízo causado às vítimas em valores que superam "bem mais que um milhão de reais" (f. 1565).**

[...]

Na hipótese, tem aplicabilidade o art. 313, I do CPP, por se tratarem de crimes com pena máxima cominada superior a quatro anos, ao passo que, de resto, não há dúvida de que o *modus operandi* com que em tese perpetrados todos os crimes imputados aos acusados, devidamente delineados pelas conclusões do caderno indiciário de que a associação criminosa é

Superior Tribunal de Justiça

responsável por uma multiplicidade de crimes, com conclusões lastreadas por todo o conteúdo de investigação produzido, em especial as interceptações telefônicas que demonstraram, "a frieza e o descaso dos investigados para com a justiça, diante de tamanha ousadia" (f. 1558).

A gravidade da atuação do grupo se acentua ainda mais quando observadas a "frequência, a proximidade e a reiteração das práticas delitivas" (f. 1558), que vem por demonstrar a enorme periculosidade que se visualiza da possível liberdade dos investigados, responsáveis por atuação não limitada ao território desta comarca mas, ao que parece, indo muito além.

Além do mais, a extensa vida pregressa da maioria dos envolvidos, revela, como já indicado na decisão do decreto anterior, "gravidade concreta incontestável e grande periculosidade e destemor dos ora representados, cujas ações em tudo se assemelham a bandidos que fazem do crime o seu meio de vida, e apenas por isso merecem providências enérgicas para que se mantenha incólume a ordem pública da repetição de fatos como esse".[...].

Como já adiantado em sede liminar, o decreto prisional tem fundamento válido, pois demonstra a gravidade do crime, evidenciada na participação do paciente em *grupo dotado de relevante sofisticação, mediante a distribuição de tarefas e observância à hierarquia, e exterioriza constância de atuação já desde vários meses, daí se concluindo, até mesmo, pela quantidade e variedade de crimes já solucionados na esfera policial, com prejuízo causado às vítimas em valores que superam "bem mais que um milhão de reais"*.

Além disso, foram apontados *a extensa vida pregressa da maioria dos envolvidos* (certidão de antecedentes criminais juntada às fls. 36/40) e o papel de destaque do paciente no grupo criminoso, pois foi consignado que era responsável pela maioria das receptações das motocicletas furtadas, não havendo que se falar em ausência de individualização da conduta.

Este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada na divisão de tarefas. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis

Superior Tribunal de Justiça

Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Na esteira da jurisprudência desta Corte, é válida a prisão cautelar decretada com o fim de fazer cessar a atividade de associação criminosa. Nesse sentido: HC 446.548/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 01/08/2018; RHC 96.942/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018; RHC 88.378/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 23/10/2017.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator